

Sarney não admite bomba

Presidente reafirma que a sua opção é pelo uso pa

CORREIO BRAZILIENSE

atômica cífico do átomo

Cientista diz
que o povo é
contra a idéia

São Paulo — O professor de Física José Goldemberg, atual presidente da Centrais Elétricas de São Paulo, disse ontem, no Palácio dos Bandeirantes que "a aspiração de muitas pessoas no Brasil é dominar a tecnologia nuclear, assim como outros segmentos desejam o domínio da computação eletrônica. Isso, porém, não significa que nosso país deva sair correndo atrás da fabricação da bomba atômica, pois a grande maioria brasileira é realmente contrária a produzir tal artefato bélico".

Goldemberg respondia dessa forma à indagação de jornalistas sobre as condições nacionais para se fabricar a bomba, a fim de que não fosse perdida uma eventual corrida com a Argentina.

"Essa idéia de que a Argentina já está construindo e, por isso, nós deveríamos tê-la também, deve ser atribuída a uma falso dilema", salientou o professor, acrescentando que "também não está bem claro que a Argentina esteja construindo a bomba atômica". Goldemberg enfatizou que "o Brasil precisa mesmo é dominar o conjunto de tecnologias modernas, entre as quais a da energia nuclear. Porém, a decisão de se construir bombas atômicas é importante demais para ser deixada na mão de cientistas e de outros grupos de pressão. Ela deve ser política e tomada pelo governo civil da República", acrescentou.

POLÍTICA SEGURA

O presidente Sarney lembrou ontem também que o Brasil não pode se aventurar numa política que não seja de todo segura. "A imprescindível segurança de instalações e equipamentos deve corresponder a preocupação com as populações e meio ambiente, mantendo-os a salvo de qualquer risco e acidente", afirmou.

O uso pacífico da energia nuclear foi enfatizado pelo Presidente: "Queremos a energia nuclear para que ela seja aplicada na saúde, na agricultura, na indústria, à luz da presente conjuntura econômica e social e da inadiável necessidade de manter-se o ritmo do nosso desenvolvimento. E cabe à comunidade nacional, como um todo, engajar-se nesse debate a fim de que, através de formas democráticas de decisão, possamos eleger o uso adequado desta energia".

A solenidade, realizada no Palácio do Planalto, ontem de manhã, contou com a presença dos ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia; Renato Archer, da Ciência e Tecnologia; Ivan Mendes, do SNI; Bayma Denys, do Gabinete Militar e José Hugo Castelo Branco, do Gabinete Civil.

O presidente José Sarney não admite que o Brasil utilize a energia nuclear para a fabricação da bomba atômica. Em seu discurso ontem, na solenidade de instalação da comissão de avaliação do programa nuclear, Sarney foi enfático ao reafirmar o compromisso do País com o uso pacífico da energia nuclear.

"O Brasil não pode fugir dos seus compromissos assumidos com a paz e a utilização, torno a repetir, pacífica da energia nuclear", disse o Presidente, ao empregar os membros da comissão. O físico Oscar Sala, que substituiu na presidência da comissão o professor José Israel Vargas, também descartou a fabricação da bomba atômica, dizendo que Sarney deixou bastante claro isso quando disse, no seu discurso, que a energia nuclear é para fins pacíficos.

A comissão começou a trabalhar ontem à tarde e dentro de 180 dias deverá apresentar propostas e sugestões para uma política nuclear brasileira. Todo o programa nuclear, que tem por base o acordo Brasil-Alemanha, será revisto de uma forma global, mas o físico Oscar Sala prefere não comentar sobre a possibilidade desse acordo ser rompido. O importante, como afirmou, "é definir uma política condizente com os nossos meios".

DESENVOLVIMENTO

O professor Oscar Sala, ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, sempre foi um dos severos críticos do programa nuclear brasileiro. Ele defende a energia nuclear como imprescindível para o desenvolvimento de qualquer país, mas, no caso brasileiro, é favorável à revisão do programa.

Segundo ele, a instalação dessa comissão — composta por pessoas que não estiveram envolvidas no acordo Brasil-Alemanha — e a disposição do Governo podem mudar os rumos do programa. Integram a comissão 12 pessoas entre cientistas e representantes de órgãos governamentais, como o Conselho de Segurança Nacional. Também estão representados os empregados da Nuclebrás.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, destacou o papel da comissão, dizendo que "os homens que a integram têm condições de oferecer alternativas para que o Brasil possa caminhar seguro num setor importante para o desenvolvimento". O papel desta comissão, como afirmou o Ministro, será o de fazer uma avaliação do programa e oferecer ao Presidente da República dados seguros que lhe permitam estabelecer os rumos do programa nuclear.

O DISCURSO DO PRESIDENTE

Brasileiros, O Brasil quer estar definitivamente comprometido com o desenvolvimento, a paz social, o progresso. Ao dar posse aos senhores membros desta Comissão, composta por ilustres representantes dos vários segmentos do saber em nossa sociedade, reafirmo o compromisso indissolúvel do nosso País com o uso pacífico da energia nuclear.

Queremos a energia nuclear para que ela seja aplicada na saúde, na agricultura, na indústria, à luz da presente conjuntura econômica e social e da inadiável necessidade de manter-se o ritmo do nosso desenvolvimento. E cabe à comunidade nacional, como um todo, engajar-se nesse debate a fim de que, através de formas democráticas de decisão, possamos eleger o uso adequado desta energia.

Caberá também a esta Comissão o papel relevante de identificar lacunas e eventuais desvios tanto no que concerne ao papel normativo e executório do Governo nesta área de sua exclusiva competência, quanto à participação das Universidades, Centros de Pesquisa e empresas contratantes na geração e absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Co-sígnatário, com a Alemanha Federal e a Agência Internacional de Energia Atômica, do acordo de salvaguardas, garantia de caráter exclusivamente pacífico das atividades compreendidas no quadro do acordo com a República Federal da Alemanha, bem como do tratado de Tlatelolco, o Brasil não pode fugir dos seus compromissos assumidos com a paz e a utilização, torno a repetir, pacífica da energia nuclear.

Lembro também que não de-

veremos nos aventurar numa política nuclear que não seja de todo segura. A imprescindível segurança de instalações e equipamentos deve corresponder a preocupação com as populações e meio ambiente, mantendo-os a salvo de qualquer risco e acidente.

Minhas senhoras e meus senhores,

Desejo aos membros da Comissão que ora se empossa que venham a realizar com bom êxito as tarefas que lhes são incumbidas. Para finalizar, recordo Bertrand Russell que alertava de maneira pouco otimista, que "é possível que estejamos vivendo na última idade do homem, e, se assim for, será a ciência que o homem deve a sua extinção". Afirmo a prevalência da vida e da ciência como fonte de riquezas, salvação e bem-estar entre os homens.

Muito obrigado

Cientistas junto com empresários

Além do presidente Oscar Sala, a comissão de avaliação do programa nuclear brasileiro é integrada pelo empresário José Mindlin, vice-presidente da Fiesp; professor Caspar Erich Stemmer, chefe do Departamento de Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina; Alberto Pereira de Castro, ex-superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT); professor Ramayana Gazzinelli, PhD pela Universidade de Columbia (EUA).

Participam também Marcelo Damy de Sousa Santos, professor na PUC de São Paulo; Fernando Zludislawski, professor titular de física na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e especialista em física nuclear; Eduardo Penna Franca, professor do Instituto de Biofísica da UFRJ; Luiz Renato Caldas, professor do Instituto de Biofísica da UFRJ.

O ex-presidente da comissão, professor José Israel Vargas, que é PhD pela Universidade de Cambridge, continua fazendo parte do órgão constituído ainda por José Pelúcio Ferreira, economista e ex-chefe do Departamento Econômico do BNDES, e Paulo Francini, diretor do Departamento de Economia da Fiesp e presidente da Coldex.

O órgão terá representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, conselheiro Roberto Rodrigues Krause, e da Ciência e Tecnologia, José Leite Lopes, que também é diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. O Conselho de Segurança Nacional estará presente pelo conselheiro Luiz Augusto de Castro Neves, enquanto o Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear estará representado pelo seu próprio diretor-superintendente, José Guilherme Araújo Limeira Bittencourt. A Associação dos Empregados da Nuclebrás tem espaço garantido, através de seu presidente, José Wanderley Coelho Dias.